

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



CARVALHO, Joaquim de (Figueira da Foz, 10.06.1892 – Coimbra, 23.10.1958)

Numa “casita humilde com porta e janelas para a Travessa do Mato” (OC, 1992, p. 483) nasce na cidade que cresce para a faina fluvial e marítima. O pai, Manuel José de Carvalho, ferroviário, filho de boticários de Cem Soldos (Tomar), depois estabelecido negociante de vinhos, é “muito inteligente, sensato e prudente, e apesar de ter poucos estudos, muito interessado em assuntos culturais, sobretudo história e literatura” (*Miscelânea*, 1963, p.899). A mãe, a guarda-linha Ana Ferreira dos Santos, também provém de raízes marranas dos Campos do Mondego. Lendo primeiras letras com a tia, mestre-escola e piedosa católica, cresce no meio liberal e republicano e ingressa no Colégio Liceu Figueirense, talhado à burguesia endinheirada, recém-criado por um apóstolo da *escola nova*, dos espaços-abertos de Fröbel e do *self-government*, Mendes Pinheiro (*Sílvio Lima, um místico da razão crítica (da incondicionalidade do amor intellectualis)*, 2009). Em Coimbra, útil e longo encontro com Unamuno o marca, tendo meteórico giro: formado em Direito (1914) cursa a primeira licenciatura em Filosofia na nova Faculdade, cuja excepcional classificação (1915) avaliza o doutoramento (1917). Em 1916, Alves dos Santos (pioneiro na Psicologia Experimental) e Mendes dos Remédios, historiador dos Judeus que delata a “história da intolerância” pátria (*Biblos*, I, 1925), patrocinam-lhe a docência, incumbido de *Moral, História da Filosofia Antiga* e *H. da F. Moderna*. Crente na *virtù*, valor maior na cidadania das letras, firme republicano antes e após a revolução ganhar a rua, estudioso da formação da ideologia republicana no séc. XIX, o esteio filosófico essencial oscila entre Rousseau e Kant. Em 1919, avalia a dupla atracção: “Uma impulsiva, que me arrastou ao mais ardente jacobinismo; outra contemplativa, pela qual me isolava no meu quarto trabalhando delirantemente” (*A minha resposta*). Na *vis* meditativa, no estudo que o Idealismo propicia e na *Kulturkampf*, supera decisivamente o jacobinismo, sem quebra do protesto cívico contra o *Reino da Estupidez*, assim designado por A. Sérgio (V.) ao reler um velho texto de 1818, (re)instalado após 1926.

1. Não é possível sintetizar – sequer inventariar – a extensa, multímoda, obra de JC, historiador da cultura, no modo como consolidou e alargou o estudo da história das ideias filosóficas, científicas, literárias, religiosas e políticas. No inicial meio século das Faculdades de Letras no país, criadas pela República (1911), é figura central do ensino e da investigação historiográfica da Filosofia em conexão com as fontes da história das ideias, só sendo possível cotejar, no plano lógico-filosófico, ensaístico ou psicológico, Vieira de Almeida, Edmundo Curvelo, Sílvio Lima ou Delfim Santos, que não escavam similar via metódica. Melhor, ele “agiganta-se no campo da produção universitária” do séc. XX, ao propor-se achar “a linguagem histórica que falamos” e mostrar



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

“traços ainda ocultos da história cultural portuguesa” (*Biblos*, 1980, pp.7-8). Embora ideológica e politicamente nos antípodas, mas irmanado (com Paulo Merêa) na refutação da cultura universitária coimbrã de teor positivista, Cabral de Moncada, amigo e admirador, nele vê “o maior historiador da cultura portuguesa na sua expressão histórico-filosófica e filosófico-literária deste século” (*Para a História da Filosofia em Portugal no século XX*, 1960, p.9). Um analista atento à coeva produção ibérica, achava na polígrafa inquirição da cultura portuguesa promovida por JC, apenas paralelo, no contexto castelhano, no oitocentista Menéndez y Pelayo (*Miscelânea*, 1960, p.346). Embora o *casticismo* de Pelayo não se inscreva na generosa genealogia cosmopolita e liberal de JC, na analogia se confirma o incansável investigador. Figuração do *clerc* universitário em repulsa à autocracia do Estado Novo, não dobra aos ditames de Salazar por mais que este, passo a passo, lhe vá roubando muito: a direcção da Biblioteca Geral (que junta ao secretariado de *O Instituto de Coimbra*) e a edição da *Revista da Universidade*; a administração e direcção da Imprensa da Universidade, extinta em 29-VIII-1934, onde criou notáveis colecções, quer de edições críticas de fontes – mormente nos corpos *Scriptores rerum lusitanorum*, incluídas as *Crónicas*; *Biblioteca dos escritores portugueses*; *Subsídios para a história da arte portuguesa*; *Documentos para a história da expansão ultramarina dos Portugueses*; *Biblioteca do século XVIII*; *Biblioteca luso-brasileira de história da Medicina*; ainda *Arquivo de História e Bibliografia* (1923-1936), editado postumamente em 1976 –, quer, em sentido mais vasto, especializando a divulgação dos clássicos da filosofia política e, em geral, da literatura ético-filosófica (*Biblioteca Democrática*; *Filósofos e Moralistas e Vária*), editando Kant, Montaigne, Descartes, Leibniz, Renouvier, Meumann, Croce e outros. Mas, ao mesmo tempo, abria páginas a ensaios de novos autores portugueses (Cruz Malpique, Agostinho da Silva, Saavedra Machado, Newton de Macedo, Adolfo Casais Monteiro ou João Ameal, aqui contestado por sectores do *revivalho*). Alvo de processo judicial e intimidado de prisão, como co-diretor (com Azevedo Gomes e Hernâni Cidade) do *Diário Liberal*, a ditadura de novo investe contra JC ao expulsar em 1935 o dilecto discípulo, Sílvio Lima (V.), cerrando o ambiente antifilosófico (modo universitário da degradação da liberdade pública), no qual outros não acharão espaço livre para o ensino, a escrita, a meditação, a vida, como nos casos de Agostinho da Silva e Eduardo Lourenço se elucida. Por fim, a ditadura reforça o cerco ao próprio sítio reflexivo quando se instalar no governo universitário e na regra ideológica e didáctica, c. de 1950, a geração integrista liderada por Miranda Barbosa, que não só não argúi o autêntico clima de *repressão filosófica* como, nalguns casos, o nutre. Resiste, aliado à editora Atlântida, lançando a *Revista Filosófica* (edita Lourenço, Vieira de Almeida, Curvelo, Lima e muitos) e a excelente colecção *Biblioteca Filosófica* (assegurada após a sua morte por S. Lima) com o apoio de esclarecidos universitários situacionistas que, à revelia do ditador, não impugnam a virtude da discussão filosófica (Moncada, Mário de Figueiredo, Maximino Correia, Afonso Queiró) e tentam reparar a abolida Imprensa da Universidade, confiando-lhe a direcção das *Acta Universitatis Conimbrigensis*, onde o seu poder editorial é todavia diminuto. Resiste, ainda, com intensa actividade na Academia de Ciências de Lisboa, iniciado aos 30 anos na cátedra de História da Ciência. Achará no Brasil, perto do final da vida, a fresta para o ar da liberdade, reforçando laços com a intelectualidade filosófica. O seu esforço, sintetiza numa carta, visa ancilar “o grande dormente a despertar”: a filosofia é o vértice dum vasto plano demopédico que não se perdera, desde a Universidade Livre



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de Coimbra (II-1925), com Aurélio Quintanilha, Tomás da Fonseca e outros: intenta *combater o fanatismo e o espírito de intolerância*. E apoia no progressismo ideológico, mais do que na agenda política, a *Seara Nova*, traduzindo M. G. Morente (*Ensaio sobre o progresso; A Crença no progresso*), editando um original (*Oróbio de Castro*) e intervindo em sessões públicas. Estreitará, mormente por via epistolar na longa expatriação destes, a imediação com António Sérgio e Raul Proença.

JC certifica irrefutável signo ético e deontológico num *corpus* universitário pouco atreito a observá-lo: em 1919, demarca-se da *purga* «democrática» que visa eliminar os docentes «germanófilos» e monárquicos (entre eles, Salazar) e estaca a permanência da Faculdade de Letras, extinta pelo ministro Leonardo Coimbra (“devia desaparecer, porque, existindo agora as Universidade de Lisboa e do Porto, não há necessidade de manter uma terceira Universidade cuja existência é apenas um respeito às tradições” – *A Manhã*, n.º 774, 21-V-1919) que, em encoberto conluio com o ex-teólogo Alves dos Santos, mantém o plano depois ganho de criar a Faculdade de Letras do Porto, espécie de paraíso catedrático onde docentes licenciados se doutoram por decreto. É o republicano Carvalho quem exige, em plena *guerra religiosa* e contra a recusa do governo jacobino, que um seu colega, o então padre Gonçalves Cerejeira, ingresse na docência por mérito exclusivo. JC ensina, e põe em prática, o apólogo nietzschiano da filosofia: *o ofício do filósofo é ser protestante*. Marca a agenda internacional, fruindo de redes que a velha Universidade e a jovem República dispõem: secretário da *Societas Spinoziana*, abre vias intelectuais com Léon Brunschvicg (filósofo judeofrancês cuja exposição sobre Pascal e o método de pesquisa de história da filosofia – com Dilthey – mais nele influíram), Roger Bastide, Carl Gebhardt, Keyserling, Marcel Bataillon, Jacques Chevalier, Joseph Moreau, Cruz Costa. É JC (e Moncada) quem sustém, na década de 1950, o frenesi da dita *filosofia portuguesa* em nome da pascaliana, racional, dignidade do espírito. Em suma, se não alicia nos jovens o ensaísmo, eles à revelia o fazem (S. Lima, Ag. da Silva, E. Lourenço) e o próprio (ao arrepio) ensaia no *Zaratrusta do Marão*, Teixeira de Pascoais, inferências que não autorizam filosofias prefabricadas. A livre competência de investigar e pensar, conexas da dianoética *virtù* lida no Estagirita (equilíbrio, rigor, probidade), deixa *vis epistémica* fecunda. A matriz *sapiencial* do figueirense será relida por novas gerações como modelo: basta referir, no ensaísmo filosófico, Eduardo Lourenço (n. 1923), pense-se em *Heterodoxia I*, uso dialógico exímio do jovem assistente (1949), ou, na história das ideias, Fernando Catroga (n. 1945), ao explicitar na anterioriana (a correlação Hegel, Proudhon, Hartmann; a *evolução espiritual*; o discreto afastamento dos «dois Anteros» sergianos) e no estudo do republicanismo.

2. Na banca universitária JC apreende o esforço heurístico e metodológico da lição documentalista: entre nós, de João Pedro Ribeiro a Herculano (um hermeneuta), Gama Barros, Costa Lobo, Braamcamp, Mendes dos Remédios, António de Vasconcelos; e da tradição filológica e erudita (José Maria Rodrigues, Carolina Michaëllis), ainda que se distancie do acrítico culto da *fonte* ao reconhecer que “a história não é o documento, embora sem documentos se não possa fazer história” (*OC*, V, p.307) – e enuncia o primeiro problema historiográfico, que seguirá com obstinado método: *a inventariação das fontes e a sua interpretação* para firmar o que então denomina “estudos (...) de História da Filosofia Portuguesa”, “apesar de contestada por uns, indiferente à maior parte, mas aproveitada por estranhos” (*António de Gouveia e o aristotelismo da Renascença*, 1916). O



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

que o afasta, sim, da geração dos anos '50 e da reivindicação, aparentemente, similar? A tardia questão suscita a intrínseca e paradoxal apologia da «universalidade» portuguesa, onticidade na qual não caiu (*não se pode voar para onde já se está*, ripostaria Lourenço a Álvaro Ribeiro) e do isolacionismo que entoa a excelência nacional da portugalidade. “Creio saber que a índole e o teor da filosofia são supranacionais, ou melhor, a-nacionais”, mas tal deveria ser mediado “pela explicação metafísica da realidade que se vive”, de modo a achar “problemas e filosofemas mais ou menos correlacionados com a nossa idiossincrasia”(OC, V, pp.114-15). O dissídio tem como fulcro a extrínseca avaliação da longa tradição escolástica e, a *contrario*, a esclarecida posição sobre a Modernidade, que JC lê como ponto de viragem de todo o saber. Se, em 1927, indica “o inventário analítico e seguro dos factos biobibliográficos e o exame parcial dos problemas e inquietações intelectuais” da *cultura filosófica* em Portugal (*Idem*, I, p.337), reconheceria que esta “nasceu sob o influxo do movimento das ideias que originaram a Escolástica do século XII” (*Idem*, II, p.374); e, em *Descartes e a cultura filosófica portuguesa*, vira na última escolástica conimbrigense (*post* Pedro da Fonseca e Suárez) “o canto do cisne do ideal científico” aristotélico; que, na dedução silogística “enleava a razão numa mecânica abstracta que a isolava de todo o sentido renovador e (...) prendia-a a um saber estático” (*Idem*, V, p.303). Sílvio Lima, no esteio do mestre, acusa o movimento anti-inovador, pois concessões a qualquer novidade foram “neutralizadas, dentro dos dogmáticos princípios da tradição metafísico-peripatética” (*Sílvio Lima, um místico da razão crítica (da incondicionalidade do amor intellectualis)*, 2009, p.540). Ontologizar ou adjectivar a questão, mormente não cindindo Carvalho (e a *geração de 1914* de Ortega) o arreigado patriotismo do convicto europeísmo e, como “Europeu, sempre atento ao apelo da conciliação e da unidade espiritual do Mundo” (OC, III, p.349), seria desvirtuar o que, *ab ovo*, constituía o inovador requisito metodológico do programa que originara. Só na área pluridisciplinar dos estudos históricos da cultura a inquirição filológica e hermenêutica da filosofia faria sentido. O «objecto» *desobjectivara-se*: “o que importa não é que haja uma coisa com o nome de História da Filosofia em Portugal”, anota em 1952, “mas o que se fizer com este título se faça pela única forma séria segundo a qual as coisas se devem fazer, que é fazê-las bem feitas” (OC, VIII, 239). Era (e é) o substantivo quesito, mesmo se atravancado pelo advérbio sofista.

3. Não é despiciendo este dado, se atendermos em particular à sua sondagem da genealogia hebraica na cultura portuguesa. JC cultiva tácito orgulho da raiz talmúdica, aclarando a tensão entre duas contrárias índoles religiosas: a cabalística pedra filosofal dos *boticários*, messianismo *prisioneiro da esperança* do Intangível e vizinho, que o levará a indagar a concepção intelectual da Deidade no Judaísmo; e a contrária tradição dogmática Católica, para a qual o Deus-Pessoa se deificou na sua humanidade. É a vida (e as origens portuguesas) e a obra do judeu Baruch Spinoza, a *libertas philosophandi* e a filosofia da liberdade, que lhe valem a mais esclarecida exposição na literatura crítica em português, anunciada em *Oróbio de Castro e o espinosismo* (1936), confirmada no excelente prefácio a *Ética* (1950). É sobre Judeus, em especial a cultura dos *sefardim*, que escreve dos melhores textos: Abraham Zacuto, Isaac Abravanel e Leão Hebreu, Uriel da Costa (correlacionado com o espinosismo), Pedro Nunes, tentando libertá-los dessa “vaga de anonimato que cobriu Israel nos primeiros tempos da diáspora ibérica” (*Idem*, II, p.41), mas também sobre Jacob de Castro



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Sarmiento, Ribeiro Sanches. Carácter e obra de filósofos, físicos e cosmógrafos hebreus exercem sobre ele desmedida atracção. Como se notou, grande parte do seu trabalho intelectual replicará ao quesito, que o leva a investigar a arte de navegar “comunicando-a com os astros” (*Biblos*, 1980, p.4) e articulando-a (sem subordinar) ao pensamento, cujos signos tenta decifrar nas gramáticas da temporalidade, seguindo Dilthey e Rickert. No antigo dissídio que parece presidir à própria história da filosofia, abraça a clara construção eidética e platónica do Saber, que o neokantismo melhor revela. Filosofar, longe do formalismo lógico-escolástico do *Organon*, “infecundo” pensamento, é *ars inveniendi* movida pelo “imperioso desejo de descobrir alguma coisa de novo”(OC,I, p.11). Não só a ciência se destina a achar; nem apenas a experiência acha. Com efeito, JC não inferindo a fundamentação das ciências da Filosofia, «ciência dos primeiros princípios» na lição de Aristóteles, refém da lógica argumentativa e serva da sua linguagem, postulava uma relação outra entre Filosofia e Ciência que “não podia estar sujeita aos imperativos de uma racionalidade vertical, mas devia saldar-se numa permanente reflexão epistemológica respeitadora da autonomia (não digo independência) de ambas as formas de saber” («Joaquim de Carvalho e a História», *Homenagem ao Doutor Joaquim de Carvalho no 1º Centenário do seu nascimento, Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 42.º, 1994, p.10). Os estudos de História das Ciências, impulsionados pelas escolas neokantianas do idealismo objectivo alemão, na tradição das «ciências do espírito» e da Historiografia das «ciências da cultura» (Windelband, Lask, Rickert, Dilthey), impugnavam a ideia vulgar segundo a qual as ciências se tivessem originado na Filosofia; mas no protesto mesmo contra a sua anexação totalizadora tinham a raiz. Daí que a Filosofia, na matriz crítica e reflexiva, no sentido especulativo *meta-física* (termo que, contra Kant, reintroduz no glossário idealista), não se limitasse à discussão dos resultados das Ciências, como o positivismo e o cientismo, no ocaso do século XIX exigiam, ou se elegeisse em enciclopédia geral ou teoria do conhecimento. Ela própria gera autónomos sentidos sobre os discursos da *physis*. JC socorre-se de Espinosa para entender como a *natura naturata*, concreção do ideal ordenador *more geometrico* de sistema, *aclara* mas *não resolve* a criação filosófica inscrita no fluir da vida, *natura naturans* (OC,I,p.358), aspirando (bem legível na *Antheriana*) a uma leibniziana harmonia cósmica, como suprema *virtu* (ou «verdade») metafísica (Idem,III, p.349), não como termo pacificador duma equação físico-matemática ou *telos* de uma evolução omnisciente. Pensava possível inscrever duas grandes tradições filosóficas, indo da Razão cartesiana (não do mecanicismo de Cartesius, ampliado no cientismo *pp.* dito dos séc.s XIX e XX) mediada pelo criticismo de Kant (expurgado o racionalismo apodíctico por Höfding e Max Scheler, postulando a *variabilidade* da razão, Idem, V, p.306): “em todos os tempos, a filosofia, que não é mera intuição poética, se apoiou na ciência, mas tendeu sempre a evadir-se das suas fronteiras para surpreender as essências”; daí que “ao contrário da ciência, cujo ideal é a impessoalidade fria, a filosofia é sempre uma conquista pessoal ou uma adesão consciente ou reflectida” (Idem, I., p. 356). *Saber e filosofar*, gnosiologia e metafísica, não configuram modos, métodos e desfechos similares: só a *razão histórica* diltheyana permite refazer na ontologia saberes e especulações: “O homem, como ser histórico, converte o meio natural, que lhe é dado, em mundo cambiante e múltiplo, mediante a ciência e a técnica, a objectivação dos valores e a unidade da visão metafísica ou da configuração simbólica da poesia e do mito” (Idem,VIII,p.9).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Para interrogar a história da ciência, JC interessou-se basicamente por dois painéis de questões: partindo da cultura medieval surpreendeu a origem do «ideal moderno de ciência» e do *século do génio* (o XVII) contra o «universal abstracto» aristotélico, como saber *em devir*, no acume galilaico que Russell analisara não como mero episódio do conflito entre *fides* e *ratio*, mas entre espírito de indução e espírito de dedução: em consequência, atendeu às deslocações das “inquietações humanas do domínio da transcendência para o da imanência” (*Idem*, V, p.308), *desdivinização* do mundo num horizonte secularizador dos estudos filosóficos, anulando o arcano vínculo entre Filosofia e Teologia, *homo methaphisicus* e *homo credulus*. Noutro painel, no domínio crescente sobre a Natureza e na “precisão instrumental do método científico”, antropologia nova do *homo sapiens* na afirmação racional do *Aufklärung*, como consequência, compôs laudas para uma *biografia* da Razão. Para estes campos acartou minuciosa fundamentação bibliográfica e bibliológica das fontes, evidenciada no cotejo com a cultura portuguesa contemporânea: no confronto com coevos saberes universitários e com o que chamava «instituições de cultura», objectivava captar a *desenvolvimento* através de “estádios sucessivamente mais complexos” (*Idem*, II, p.357). O acume seria revelar uma *ideia do mundo*, “mundividência ou cosmovisão (a palavra pouco importa)”, cuja *vivência (Erlebnis)* forneceria o quadro compreensivo (mais do que explicativo) da actividade espiritual, historiograficamente investigada.

Portanto, ao *desobjectivar* o anterior objecto, ampliou diversos campos analíticos e qualitativamente os diferenciou, desde 1916. Em 1943 reavalia o alcance da «história da filosofia portuguesa»: “Na fase actual dos estudos sobre história do pensamento científico e filosófico em Portugal impõe-se acima de tudo o esclarecimento de problemas de objecto preciso e limitado”, projectando a síntese esclarecedora quando a insanável doença não a deixa realizar, acartando já diversos painéis («*Desenvolvimento da Filosofia em Portugal na Idade Média*», 1927; «*O pensamento português da Idade Média e do Renascimento*», 1943; «*Evolução da historiografia filosófica em Portugal*», 1946). Porém, a mediação de Husserl na década de '40 guia o trilho da fenomenologia do ser; aclarada pela investigação fenomenológica dos valores (Scheler), lição que Sílvio Lima mais longe move; mas o sulco é ainda do mestre. O debate entre ambos sobre o conteúdo psicológico da saudade será, nesta óptica, exemplar: a *consciência de estar no mundo* e a meditação sobre Pascoais, premiram a leitura da «alma portuguesa», modalidade de “explicação metafísica da realidade que se vive” (*Idem*, V, p.115).

4. Como corolário, no quadro mais relevante da episteme historiográfica, os estudos culturais só fariam sentido numa grelha hermenêutica cruzada racionalmente com a história da filosofia, não já da fase «proto-histórica» (Brucker, Degerando), mas do pêndulo crítico (Zeller, Kuno Fisher, Fouillée, Windelband, Höfding, Brunschvicg, Bréhier), focada, na pista de Hegel (e de H. Ritter), como autêntico problema filosófico, *historiação que pretende ser filosófica*, testificando na historicidade a “condição categorial do pensamento” («Hegelo e conceito de História da Filosofia», *Idem*, II, pp.457-67), ápice em que “o pensamento se pensa a si próprio sob forma objectiva” e se conceptualiza “sob forma distinta” (*Idem*, I, p.43). Mantém-se admirador (*a admiração é a madre do saber*, redizendo Aristóteles, *Idem*, III, p.381) do racional “génio alemão – do de Weimar, bem entendido”, nota em '49, “sem o qual a cultura não alcança profundidade e plena interiorização” (*Idem*, II, p.349). Não se errará muito,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

embora o estudo de JC seja *work in progress*, em ler a *opera omnia*, mesmo a filosófica, do autor de *António de Gouveia*, ao se rever “apenas um modesto historiador da Filosofia e um amante apaixonado da história da cultura portuguesa”, à luz da diligência historiográfica, cujo programa enunciou, pois “o estudo histórico da evolução das ideias em Portugal está, por assim dizer, numa fase preliminar”. O plano expunha a íntima aporia da “natureza qualitativamente superior” do *facto* cultural que, como qualquer *facto* histórico, não só é irreduzível à identidade, dada a unicidade e irreversível singularidade, mas porque implica uma grelha teórica de “difícilima determinação”, dada a “trama de abstrações simbólicas” que suscita (cf. *Idem*, V, pp.298-99). Urgia, como concretizará na escrita, partir para “a caça paciente e lúcida dos factos” (*Idem*, I, p.337). «Ciência sem objecto», falha unívoco sentido histórico à filosofia, pois esta inscreve-se, ao invés, na historicidade das culturas; a tarefa do historiador das ideias, em resposta à necessidade lógica de investigação histórica da filosofia, seria a de erigir um “objecto tal que a torne cientificamente possível, isto é, que não se confunda com a mera exposição, descontínua e individualizada, das opiniões de pensadores isolados” (*Idem*, II, p.221), caso em que se saldaria em “cemitério da individualidade dos filósofos” (*Idem*, I, p.467). Cifrar-se-ia essa, aduz em 1952, apenas na *operação* preliminar ou instrumental, “acentuadamente biográfica, bibliográfica e, por vezes, filológica”. A *segunda operação* adensaria a “capacidade de repensar o pensamento”, mormente “de lhe apreender os rasgos originais e de lhe estabelecer as correlações e o significado”, “pois não há História da Filosofia onde não houver historiação do pensamento filosófico”, tarefa que Aristóteles (*Metafísica*) e Hegel (*Fenomenologia do Espírito, História da Filosofia*) tornaram irreduzível (*Idem*, VIII, pp.237-38). Não admira que, ao destituir o *atomismo* analítico elegendo na diacronia o diálogo da filosofia com sintaxes culturais e científicas, se possa afirmar com rigor o *primeiro grande historiador das ideias* entre nós («Joaquim de Carvalho e a História», *Homenagem ao Doutor Joaquim de Carvalho no 1º Centenário do seu nascimento, Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 42.º, 1994). É a *eidética* que atesta a neokantiana unidade, *Weltanschauung*, mundividência (neologismo seu) que abarca toda a obra. A filosofia *usa* apenas uma das linguagens possíveis do pensamento que o historiador intenta apreender na sua historicidade global. Mas é uma visão do mundo que *vai dentro* dessa linguagem: “penso que é nas modificações que se operam no homem vivo e real”, escreve em 1932, acentuando o segundo andamento «real», objectivo, da sinfonia hegeliana do *Spiritus*, “e não nas relações entre conceitos do pensamento abstracto que devemos procurar a evolução das concepções gerais, que orientam a conduta” (*OC*, V, p.299).

Assim, JC legitimava o primado historiográfico na investigação cultural. Admitia com Dilthey – na didáctica historiográfica da captura dos problemas filosóficos e na crítica à *Monadologia* – que “o homem só se conhece verdadeiramente na história e não na introspecção” (prefácio a WILHELM DILTHEY, *Leibniz e a sua época* 1947, p.XX), postulando, no esforço teórico de uma *filosofia das filosofias* mediante a elucidação racional de problemas que irrompem da factualidade, que “só a história nos pode dar, assim, a totalidade da natureza humana, mediante a morfologia do comportamento da consciência e a diversidade estrutural das concepções do mundo”, a cujo acesso está vedada a *abusiva* extrapolação (positivista ou cientista) da ciência físico-natural (*Idem*, pp. XXII-XXIII). Como instância epistémica (conhecimento do passado humano) e guia do método, divisar a *razão histórica*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

colocava-se no horizonte e na *praxis* investigatória em perspectiva dupla: “Sob o acontecer humano, tão vário e contingente, flúí sem dúvida o *sumus*, ou seja a relação sociologicamente impessoalizada de homem para homem; mas flúí também o *ego*, ou seja o homem concreto e pessoal”. A narrativa histórica (sumida na *duração* instantânea), inquirindo a oposição hegeliana, continuidades / descontinuidades (OC, V, p.306), é a “poeira” da qual se devem resgatar “os conteúdos e formas de vida que servem de fundamento ao processo histórico” (*Idem*, p.299). Refutando *infradeterminações* ou reduções sociologistas e economicistas à história da cultura, tal como o materialismo as exigia, não deixa de ler exemplarmente a versão sombartiana da *biografia moderna do capital* que Marx indicara. Mas na exegética da *decadência* e resistência dos arcaicos códigos clerical-nobiliárquicos face à irrupção Moderna do mundo (Renascença, o *século do génio*, Luzes) e à experiência burguesa do Tempo, aduz: “a imobilidade nas condições materiais da vida foi acompanhada, ou antes precedida, da imobilidade sentimental”, pois “as ideias não se transmitem mecanicamente como coisas exteriores ao homem” (*Idem*, pp. 305-06). O conceito *formas de vida* ganha estatuto estratégico no discurso analítico. Se nas *Lebensformen* intuía a matriz neokantiana das filosofias da *Existenz*, subliminar ou explícita temporalidade ôntica, o existencialismo é-lhe estranho como *pensée* (também historiográfico). A variabilidade da razão, longe de gerar irracionais ruídos, induzirá à análise diacrónica da racionalidade na prospecção historiográfica, a qual só a história das ideias se capacita para federar. Noutros termos, historiar a cultura seria incindível de historiar a filosofia, lendo na obra de Latino Coelho o paradigma oitocentista, *Estudo sobre a Civilização da Grécia* (1879, 3ª 1914), pese o “manifesto defeito dos seus esquematismos, de acentuada configuração lógica” (*Idem*, I, p.150e ss.).

Objectivou o plano cotejando visível solidez nos estudos de conjuntura (europeia, ibérica, portuguesa), arguindo exegeses culturais, científicas, ou políticas, que abstraíssem dos quadros conjunturais / estruturais e da leitura crítica de conceitos-matriz (Teocracia, Inquisição, Absolutismo; Modernidade, Liberalismo, Imanência); avocando o signo *intra-disciplinar* dos saberes *nosológicos* (históricos, filosóficos, psicológicos, artísticos), movidos e confederados em leitura historiográfica de grande rigor num jogo de escalas e temporalidades diferenciadas: da minuciosa biobibliografia, fundo do “absorvente sentido da positividade” (*Idem*, V, p.201), a esboços de «grandes sínteses» e «instituições de cultura», *terminus* do acesso analítico (porto teórico para nova ida), aclarando subliminares e correlatas visões do mundo; enfim, apelou à *diacronia dos conceitos* e à analogia como suporte não-restritivo (nem normativo) da episteme historiográfica. Sobre um par escreveu, afinal, o auto-retrato: “homem de espírito científico, que elabora e raciocina com conceitos precisos, robustos, impessoais, e não um crítico que se deixa transportar pelo enlevo da sensibilidade ou pelo pressentimento alvoroçado da intuição” (*Idem*, p.203). Na síntese de Sílvio Lima, negando abusivas nacionalizações *póstumas* do mestre: “Carvalho nunca executou qualquer viragem; *liberal* como político, *racionalista de método* como ser pensante, *idealista* como ente moral, *deísta* como Espinosa (panteísta da razão)” (cf Sílvio Lima, *um místico da razão crítica (da incondicionalidade do amor intellectualis)*, 2009, p.545).

5. Avulta na historiografia contemporânea a mais-valia ético-deôntica de JC, correlata dos *pré-requisitos* epistémicos que a obra claramente reflecte: compacta formação transdisciplinar, humanística e literária,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

invulgar aptidão hermenêutica e soberania linguística (português, latim, espanhol, italiano, francês; mesmo inglês, alemão), auto-exigindo autonomia e rigor (“independência mental e sentido da objectividade, e, portanto, de verdadeiro espírito científico”, cf. OC, III, p.383) como signos do *ofício* de historiar, acentuando o serviço público (não *pública mercê* ou *ordem pública*) dos estudos culturais; excepcional solidez no domínio e tratamento de fontes, vendo-se nele o concatenador duma *escola heurística* que, não abstraindo do ensinamento metodológico (Langlois e Seignobos) visava a superar a excessividade da explicação; cartesiano rigor conceptual e clareza nos enunciados; idónea recepção e debate do contraditório; amplitude de *campo* na diacronia, viabilizada pela visão macrodisciplinar da cultura inscrita em cronologias *longas*, da história da expansão, das técnicas e da arte de navegar; da história da filosofia à história política; à literatura, ensaio, crítica literária; coerência didascálica na profissão docente; competência dialógica e pedagógica, potenciando o sentido crítico e cívico dos discentes (também na Esc. Normal Superior de Coimbra, onde, com S. Lima, é influente mestre); busca de contactos internacionais de excelência, mestria editorial e esforço de actualização científica e cultural, inculcando hábitos *benedictinos*, não no *habitat*, mas no *habitus* teórico do ser (Bourdieu), na tarefa mental dos discípulos. Efeito de distanciação face à *politique d’abord* que muitos coagia à *traição* dos *clerics*, o que não significa intencional abstracção (a *torre de marfim*, décadas debatida após Benda) do mundo e do tempo que viveu, pensando a história e historiografando o pensamento, não sem acusar, confirma-o a obra, o duplo embargo de livremente se sondarem na ditadura *nacional-seminarista*.

Daqui carregou a reflexão maior, de cariz epistemológico – eivando-lhe a sistemática, dir-se-á, doutro lado atado em excesso à fixidez racionalista do *lógos* –, na História das ideias e da cultura, erradicando-a da hegemonia panlógica, provincialista, necessitarista, mostrando elos da poliédrica *correlação* dos *phoenomena*, o que “constitui um dos mais subteis problemas da sociologia da ciência” (*Idem*, III, p.378). Como os Humanistas que louva no alvor Moderno, aspirava à *escrupulosa humildade do sábio*, invocando a “atitude varonil de consciência que situa as coisas numa hierarquia de valores” (*Idem*, V, p.300): via no Saber o acesso à “segunda natureza verdadeiramente moral” e no trabalho o “instrumento de todas as conquistas humanas” (*Idem*, p.305), *maxime*, o trabalho intelectual, ócio teórico, *senhorio do tempo*, fundamento do progresso social e civilizacional (*Idem*, VI, pp.288-90). Valorou a liberdade, a democracia e o generoso apólogo da diversidade cultural e filosófica como fundação paidêutica do ser, sem alienar o húmus, a busca da universal *dignitas* (leia-se a prolepse da Democracia e da Liberdade, *Idem*, pp.257-288, ou o inacabado excurso na *História da Educação*, *Idem*, pp.298-519), ao contrário dos intelectuais funcionários – *julgando-se* sabedores, o *sancta simplicitas* (clamaram Nietzsche e Erasmo), e julgarem *saber* – que dão azo a atropelos ou foram, na cara do inumano, subsistindo na sombra do silêncio.

Bibliografia activa: CARVALHO, Joaquim de - *Obra Completa*, [OC], 8+1 vol.s, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, d. v., com prefácios/estudos de J. Vitorino Pina Martins.

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia passiva: AAVV (Joaquim MONTEZUMA DE CARVALHO, ed.) *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, Figueira da Foz, Biblioteca-Museu Joaquim de Carvalho, n.º 1 (1959) a n.º 9 (1963); AAVV – *Litorais, revista de Estudos Figueirenses*, n.º 9, monográfico, *Joaquim de Carvalho*, Novembro de 2008 (com estudos de P. ARCHER DE CARVALHO, Miguel REAL, Cândida FERREIRA, José Manuel MARTINS e Artur Barracosa MENDONÇA); CARVALHO, José Maurício de – *História da Filosofia e tradições culturais. Um diálogo com Joaquim de Carvalho*, Porto Alegre, Edição Edipcrus, 2001; CARVALHO, Paulo Archer de – *Sílvio Lima, um místico da razão crítica (da incondicionalidade do amor intellectualis)*, Coimbra, tese de dout. pol., FLUC, 2009; Catroga, Fernando – «Joaquim de Carvalho e a História», *Homenagem ao Doutor Joaquim de Carvalho no 1º Centenário do seu nascimento*, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 42.º, 1994, 9-16.

Paulo Archer de Carvalho



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Secretariado de Ciência, Tecnologia e Inovação

BNP BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA